

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PA

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	200111-SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PA	FABRICIO SILVA DE MAGALHAES	20/03/2026 15:29 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	33/2026	08652.001112/2026-62

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de *empresa especializada em fornecimento de serviços de internet para atender as necessidades da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	CATSER	Quantid.	(I) Tx. Instalação	(M) Valor Mensal	Valor Total 20 meses (I + M*20)
1	Link Compartilhado de 100 mbps: DEL.02/PST.02 – Delegacia /UOP Ipixuna BR-010, Km 229 Ipixuna-PA CEP 68637-000	26506	1 und	R\$ 1.046,88	R\$ 981,45	R\$ 20.675,93
2	Link Compartilhado de 100 mbps: DEL.04/PST.01 – UOP Altamira BR-230, km 656,4, Zona Rural Altamira-PA CEP 68378-899	26506	1 und	R\$ 0,00	R\$ 1.053,56	R\$ 21.071,20
3	Link Compartilhado de 100 mbps: DEL.05/PST.01 – Delegacia /UOP Santarém BR-163, Km 1002 Santarém-PA CEP 68033-010	26506	1 und	R\$ 0,00	R\$ 1.053,56	R\$ 21.071,20
4	Link Compartilhado de 100 mbps: DEL05/UAP - UAP Itaituba BR-230, Km 4 Itaituba/PA CEP 68181-040	26506	1 und	R\$ 875,00	R\$ 812,50	R\$ 17.125,00
5	Link Compartilhado de 100 mbps: DEL.05/PST.03 – UOP Novo Progresso BR-163, Km 292 Novo Progresso/PA CEP 68193-000	26506	1 und	R\$ 884,38	R\$ 951,45	R\$ 19.913,43

				Total	R\$ 2.806,25	R\$ 97.050,50	R\$ 99.856,75
--	--	--	--	-------	--------------	---------------	---------------

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como *comuns ou especiais*, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO - Para adequação ao caso concreto.

~~1.3. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando as atividades finalísticas da PRF-PA, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento de sua missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a natureza e complexidade do objeto e o tempo necessário apenas para a implantação inicial dos referidos serviços. ~~OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../....~~

OU

~~1.4. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano da ocorrência da emergência ou calamidade) contados do(a), improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~1.4. Tratando-se de contratação que prevê operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, prazo de vigência da contratação é de, prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), contados do(a), na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../....~~

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação de serviços de link de internet dedicado e compartilhado, com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem para as unidades da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Estado do Pará. Os serviços compreendem o fornecimento, instalação e manutenção dos circuitos e equipamentos que compõem a rede de comunicação de longa distância do órgão (Rede WAN).

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A presente contratação justifica-se, pois a infraestrutura da Rede Corporativa da PRF é projetada para oferecer suporte físico e lógico aos serviços essenciais de informática, incluindo correio eletrônico, acesso à internet, intranet, aplicações web, transferência de arquivos, autenticação de usuários, integração de sistemas, gerenciamento e segurança da informação, VoIP (Voice over Internet Protocol), videomonitoramento, videoconferência, entre outros, padronizados em todos os pontos remotos do Órgão.

3.2 Os sistemas desempenham um papel fundamental na atividade policial, permitindo a verificação de mandados de prisão em aberto, consulta ao Registro Nacional de Carteira de Habilitação – RENACH e Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, confecção de boletins de acidente de trânsito e autos de infração, contribuindo para aprimorar a qualidade do serviço prestado à comunidade.

3.3 As informações são processadas em tempo real, apresentando um volume de tráfego elevado devido ao seu uso constante no atendimento ao cidadão. Diante disso, as especificações deste documento partem do princípio de que a solução a ser contratada deve garantir alta disponibilidade, desempenho e segurança.

3.4 Ao analisar a estrutura física descentralizada da PRF-PA distribuída ao longo do Estado, composta por Superintendência, Delegacias e Unidades Operacionais, a equipe de planejamento da contratação busca viabilizar o provimento de acesso à Internet para todos os polos. Isso visa fornecer aos policiais e cidadãos a conectividade necessária para garantir a disponibilidade dos serviços do órgão que requerem acesso à Internet.

3.5 Nesse contexto, optou-se pela contratação de serviços de link de internet, com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem para as unidades da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Estado do Pará. Os serviços compreendem o fornecimento, instalação e manutenção dos circuitos e equipamentos que compõem a rede de comunicação de longa distância (Rede WAN).

3.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir do documento SEI 71913123 (processo 08652.001112/2026-62) :

OU

~~3.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.~~

3.7. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020-2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2026 do DPRF, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTOS AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE-11	Objetivo Estratégico 11 do Plano Estratégico Institucional 2020-2028: Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras.

~~3.8. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.~~

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1 Para cada localidade remota atendida será prevista a contratação de um link dedicado, com níveis de serviço (SLAs) mais rígidos, e um link compartilhado, com níveis de serviço (SLAs) menos rígidos que o de um link dedicado, e que juntos deverão garantir a redundância de conexão em casos de falha no fornecimento de quaisquer deles, o que pode ocorrer seja por interrupção dos meios físicos ou mesmo queda no fornecimento de energia das respectivas provedoras e outras intempéries, fatos que ocorrem com certa regularidade nas localidades onde se situam as unidades, e isso mitigaria o tempo de indisponibilidade de conexão. Para a sede

da Superintendência Regional serão contratados 2 links dedicados para garantir uma maior disponibilidade do acesso das unidades remotas à rede interna do órgão;

4.1.2 Devido às grandes dimensões do Estado e a consequente dificuldade de se encontrar empresas que atendam por si só a totalidade dos circuitos, os links serão licitados item a item. As licitantes só poderão oferecer ambos os links (dedicado e compartilhado) para a mesma localidade se garantirem, através de documentação técnica, o fornecimento independente entre os circuitos, ou seja, utilizando-se de meios físicos e rotas/concentradores totalmente independentes. Isso facilita a participação das empresas locais, aumentando a concorrência e barateando os custos para a administração. Já os links dedicados da sede da Superintendência Regional **devem necessariamente** ser fornecidos por licitantes diferentes para garantir a alta disponibilidade dos circuitos;

4.1.3 A solução de acesso deverá ser oferecida para prover o Serviço de Conexão à Internet - SCI, que é um serviço de valor adicionado conforme definido no artigo 61 da Lei Geral das Telecomunicações - LGT, Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, independente dos meios e tecnologias utilizados e deverá estar associado a um serviço de telecomunicações devidamente regulamentado pela Anatel;

4.1.4 Os serviços de telecomunicações que dão suporte ao provimento do SCI, por sua vez, só deverão ser explorados por empresas que possuam concessão, permissão ou autorização expedida pela Anatel, devendo ser fornecidos de acordo com as especificações desse estudo;

Requisitos de Capacitação

~~4.2. Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo horas de duração.~~

OU

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

4.4 A solução deverá observar as normas relativas à comercialização de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações, aos direitos de Propriedade e Autorais, fornecimento de serviços e outras pertinentes, as normas do Código de Defesa do Consumidor e Código Civil, no que couber;

4.5 Obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), e entidades de padrões reconhecidas internacionalmente – ITU-T (International Telecommunication Union), ISO (International Standardization Organization), IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers), EIA/TIA (Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association);

JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO - Para adequação ao caso concreto.

Requisitos de Manutenção

4.6. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (**corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva**) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução **e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades**;

Requisitos Temporais

4.7. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 dias corridos para as capitais dos estados e de dias corridos para as demais localidades, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.7.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.9. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

<i>Reparo de Circuito</i>	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
<i>Link Dedicado</i>	(.....) dias OU horas	(.....) dias OU 6 horas
<i>Link Compartilhado</i>	(.....) dias OU horas	(.....) dias OU 24 horas

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.10. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e deve ser considerada sigilosa toda e qualquer informação que tramite nos sistemas informacionais da PRF;

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

- 4.11.1 Criar a percepção junto aos servidores de que a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação funciona para facilitar o cumprimento das atividades meio e fim do órgão;
- 4.11.2 Aumento do grau de satisfação dos usuários como produto da eficiência administrativa e operacional da SETIC-PA;
- 4.11.3 Os materiais utilizados devem estar aderente à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 4.11.4 A CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis;
- 4.11.5 Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se no uso racional de recursos e equipamentos de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE;

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.12. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.13. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.14. As capacidades de tráfego dos links deverão ser ilimitadas, ou seja, sem a limitação de pacotes mensais e sem redução da velocidade contratada;

4.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, com a abertura dos chamados podendo ser realizadas por telefone ou sistema eletrônico (site, app de mensageria, etc.);

4.16. A CONTRATADA ou fornecedor parceiro deverá ter saída para a internet brasileira na qualidade de AS (Autonomous Systems) e estar conectada a algum PTT (Ponto de Troca de Tráfego);

4.17. Os serviços contratados incluem o hardware, o software, os enlaces de transmissão de dados (quando for o caso), a infraestrutura adicional e os serviços associados a esta infraestrutura incluindo: projetos, instalação, testes, configuração, operação, suporte técnico, manutenção, remanejamento de sítios e treinamento nas ferramentas de apoio oferecidas pela CONTRATADA, tais como portal de gerência de rede e canais de abertura e acompanhamento de chamados;

4.18. Todos os circuitos deverão suportar os protocolos RTP (RFC 3550 para videoconferência) e SIP (RFC 3261) e H.323 para aplicação de VoIP (voz sobre IP);

4.19. Todos os circuitos de acesso à internet devem suportar VPN, incluindo dispositivos de VPN externos e suportar o protocolo SNMP versão V2 e/ou V3;

4.20. Latência de no máximo 100 ms (cem milissegundos) para as conexões a ser aferido por softwares de velocímetros disponíveis na internet como www.minhaconexao.com.br, <http://simet.nic.br>, etc. ou por ferramenta de gerência de rede implantada pela CONTRATANTE, como zabbix;

4.21. A CONTRATADA deverá permitir o tráfego de toda a suíte de protocolos que compõe o padrão TCP/IP com garantia de disponibilidade de utilização de 100% da banda contratada entre o ponto de saída da rede da PRF e o backbone da Internet da CONTRATADA, não sendo permitidos quaisquer tipos de modelagem de banda ou traffic shapping;

4.22. Não poderá haver quaisquer restrições com relação a quantidade de equipamentos usados pela CONTRATANTE, nem limitação à quantidade de dados trafegados;

4.23. Os roteadores CPE/modems/conversores a serem disponibilizados pela CONTRATADA deverão suportar as especificações dos circuitos de acesso à internet contratados, com interface de integração à LAN através de porta Fast Ethernet ou padrão Ethernet superior;

4.24. No caso de utilização da última milha de terceiros (exploração industrial), a CONTRATADA deverá informar a relação das operadoras e assumir inteira responsabilidade pelo funcionamento e disponibilidade deste recurso, com níveis de serviço compatíveis com o Instrumento de Medição de Resultado - IMR contratado;

4.25. ~~Para os circuitos de Link Dedicado (não se aplica à presente contratação):~~

~~4.25.1. Link Full com garantia de 100% da banda nominal contratada (upload/download), respeitando o percentual máximo de 5% (cinco por cento) de overhead gerados por protocolos de comunicação;~~

~~4.25.2. Disponibilidade mensal mínima do link de 99%;~~

~~4.25.3. Não serão aceitas soluções baseadas em acessos compartilhados;~~

~~4.25.4. Para os itens de links dedicados da Sede da Superintendência em Belém/PA as CONTRATADAS deverão disponibilizar um bloco de endereços IP contíguos, válidos e fixos para a internet correspondentes a um bloco CIDR/29 para o respectivo link contratado. Tais endereços deverão ser disponibilizados exclusivamente para a CONTRATANTE, independentemente de utilização;~~

~~4.25.5. Os demais itens de links dedicados (unidades remotas) deverão ser entregues com pelo menos 1 IP público (válido) e fixo na internet;~~

~~4.25.6. A CONTRATADA vencedora do item de link dedicado das unidades remotas deverá fornecer um mini rack de proteção com capacidade para instalação dos seus equipamentos de link dedicado, em REGIME DE COMODATO, quando for necessário e solicitado pela CONTRATANTE;~~

~~4.25.7. Os circuitos dedicados deverão ser providos exclusivamente por meio de fibra ótica, devendo operar com taxas de transmissão idênticas para upload e download;~~

~~4.25.8. O prazo de reparo do circuito dedicado deverá ser de, no máximo, 6 horas a partir do momento da indisponibilidade;~~

4.26. Para os circuitos de **Link Compartilhado**:

4.26.1 Link Assimétrico com 100% de download e 20% de upload (mínimo) com fornecimento de pelo menos **1 IP público (válido) e fixo na internet, utilizando qualquer meio de transmissão, desde que não seja o mesmo meio físico e que não utilize a mesma rota/concentrador usada para o item de link dedicado da mesma localidade.** A prioridade da rota/concentrador usados será sempre da licitante vencedora do item de link dedicado para uma mesma localidade;

4.26.2. Disponibilidade mensal mínima do link de **97%**;

4.26.3. Todo e qualquer rádio enlace a ser utilizado (quando for o caso) deverá ser utilizado com frequência certificada e homologada pela ANATEL, não sendo permitido oferta de serviços de rádio com frequência aberta;

4.26.4. O prazo de reparo do circuito compartilhado deverá ser de, no máximo, **24 horas** a partir do momento da indisponibilidade;

4.27. Para **todos** os circuitos:

4.27.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a sistema de monitoramento da rede que propicie à CONTRATANTE a verificação instantânea da utilização de seus links, através de gráficos e indicadores numéricos, e também deve permitir a emissão de relatórios, por períodos. O sistema deverá ser acessível através da Internet. O sistema deverá fornecer no mínimo as seguintes informações: banda utilizada, circuitos ativos e inativos, disponibilidade dos circuitos, latência mínima, média e máxima. O tempo máximo entre as atualizações deve ser de 10 minutos;

4.27.2. A CONTRATADA deve possuir central de monitoramento do seu próprio backbone, em regime de funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, com o objetivo de impedir ou limitar as chances de que ataques do tipo DoS (Denial of Service) e DDoS (Distributed Denial of Service) atinjam o serviço de conexão à internet objeto desta contratação. No caso de eventual ocorrência de ataque tipo DOS e /ou DDOS, os filtros solicitados pela CONTRATANTE devem ser aplicados imediatamente;

4.27.3. A CONTRATADA deverá implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede para IPv4;

4.27.4. A CONTRATADA deverá prevenir ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing);

4.27.5. A CONTRATADA deverá manter serviço de atualização de assinaturas de ataques;

4.27.6. A CONTRATADA deverá permitir criação e manutenção de lista dinâmica de endereços bloqueados, com remoção automática de endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro pela CONTRATADA;

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.28. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.28.1. Os serviços de acesso à Internet deverão ficar ativos na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão;

Requisitos de Implantação

4.29. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.29.1. Todos os materiais necessários para a instalação dos equipamentos, como cabos, conectores, braçadeiras, suportes, parafusos de fixação, anilhas de identificação e equipamentos serão fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com as práticas de engenharia e Normas Técnicas em vigor no Brasil;

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.30. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

OU

~~4.31. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ____ (____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

Requisitos de Experiência Profissional

~~4.31. Os serviços de <assistência técnica, suporte, **garantia**,> deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;~~

OU

~~4.32. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.~~

Requisitos de Formação da Equipe

~~4.32. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:~~

~~4.32.1 [...].~~

OU

~~4.32. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação;~~

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.33. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.34. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.35. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: **com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.**

4.36. A execução do serviço deverá ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.37. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.37.1. Aderência à Lei 13709/2018;

4.37.2. - Ações pela CONTRATADA no sentido de evitar vazamento de dados e fraudes digitais;

Vistoria

~~4.38. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.~~

OU

4.38. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 17:00 horas;

4.39. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

4.40. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.40.1. As solicitações de vistoria deverão ser encaminhadas para o email setic.pa@prf.gov.br ou via telefone: (91) 980453010;

~~4.42.2. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~

4.41. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

4.42. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

~~Outros Requisitos Aplicáveis~~

~~4.43. [...]~~

Sustentabilidade

4.43. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.43.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente;

4.43.2. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs);

~~Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):~~

~~4.44. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...).~~

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

~~4.44. Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~a) ...~~

~~b) ...~~

~~c) ...~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.44. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

~~Subcontratação~~

~~4.44. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.~~

OU

4.44. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.44.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: subcontratar o total dos itens de links dedicados ou compartilhados adjudicados e homologados para a licitante vencedora. Também fica vedada a subcontratação acima de 1/3 (um terço) dos referidos itens;

4.44.2. A subcontratação fica limitada a 1/3 (um terço) do quantitativo total de itens adjudicados e homologados para a licitante vencedora. Somente será admitida a subcontratação em limite superior a 1/3 (um terço), caso não exista outra licitante do item do pregão dentro do referido limite;

4.44.3. A utilização apenas da última milha da rede de fornecedores terceiros e parceiros configura-se como situação de exploração industrial e não uma situação de subcontratação, e para esses casos a limitação de 1/3 (um terço) do parágrafo anterior não se aplica;

4.44.4. Em qualquer das hipóteses de utilização da infraestrutura de rede de terceiros, seja por subcontratação ou exploração industrial, a CONTRATADA deverá informar a relação das operadoras e assumir inteira responsabilidade pelo funcionamento e disponibilidade do serviço, com níveis de serviço compatíveis com o Instrumento de Medição de Resultado - IMR contratado;

JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO - Para adequação ao caso concreto.

4.45. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação;

~~Da verificação de amostra do objeto~~

~~4.46. Será realizada verificação de amostra do objeto para averiguar se a Solução de TIC apresentada pela Licitante detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades, procedimentos e critérios objetivos descritos no ANEXO, deste Termo de Referência.~~

~~4.46. Serão exigidas amostras referentes aos seguintes itens:~~

~~a) (...)~~

~~b) (...)~~

~~c) (...)~~

~~4.46. [...]~~

Garantia da Contratação

~~4.46. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

OU

4.46. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

4.47. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.48. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.49. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação;

~~Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta~~

~~4.50. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:~~

~~4.50.1. [...]~~

OU

~~4.50. A demanda dos órgãos partícipes tem como base as seguintes características:~~

~~4.53.1. [...]~~

5. Papéis e responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

~~5.1.9. [...]~~

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5.. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 5.2.11. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Contratante;
- 5.2.12. É vedada a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

~~5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:~~

~~5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;~~

~~5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;~~

~~5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:~~

~~6.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e~~

~~6.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;~~

~~5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:~~

~~6.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;~~

~~6.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e~~

~~6.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.~~

~~5.4. [...]~~

6. Modelo de execução do contrato

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: até 30 dias do recebimento da ordem de serviço.

6.1.1.1. Algumas localidades poderão estar passando por construção e/ou reformas no início da contratação, e nesses casos, a ordem de serviço para início da execução somente deverá ser emitida após a conclusão das obras;

JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO - Para adequação ao caso concreto.

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. Os circuitos de internet dedicados e compartilhados serão instalados nas localidades especificadas na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, ou em outro local caso haja alteração de endereço ou implantação de novos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal;

6.1.2.2. A CONTRATADA, em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato, deverá informar por meio do PLANO DE IMPLANTAÇÃO com que tecnologia de acesso e com quais equipamentos e materiais cada item será atendido;

6.1.2.3. Todos os serviços de instalação, dimensionamento, integração, manutenção, remanejamento, testes de funcionamento e operação de todos os produtos e softwares fornecidos, juntamente com os links, serão feitos de acordo com o estabelecido nesse Termo ou aprovados pela equipe técnica do Órgão;

6.1.2.4. Os serviços serão contratados sob demanda conforme necessidade da Administração. Isso ocorre porque algumas unidades estão ou poderão estar passando por reformas ou mudanças de endereços durante a vigência dos contratos. Para cada mudança de endereço de link a CONTRATADA deverá ser cientificada pela CONTRATANTE em até 2 meses antes da mudança para apresentar um plano de viabilidade para atendimento no novo endereço.

6.1.2.5. Caso a CONTRATADA tenha viabilidade e interesse no atendimento poderá ser cobrada uma nova taxa de instalação para o link, cujo valor será proporcional ao de uma instalação para um link de mesmas características oriundas do mesmo contrato, ou valor de mercado na falta deste último;

6.1.2.6. A CONTRATADA deverá informar à Polícia Rodoviária Federal sobre a impossibilidade do atendimento nos novos endereços em até 20 (vinte) dias após o recebimento da comunicação formal. Nesses casos será realizada para o referido item a redução contratual amigável entre as partes;

6.1.2.7. A CONTRATADA poderá solicitar dilação dos prazos de implantação, desde que seja feita em até 15 dias antes do término do prazo estabelecido e mediante justificativa, decorrente dos seguintes motivos:

- a) alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Após a assinatura do contrato a CONTRATANTE informará à CONTRATADA as datas em que devem ser realizadas as instalações dos serviços, geralmente seguindo um cronograma de deslocamento do fiscal técnico da CONTRATANTE para acompanhamento das instalações;

~~6.1.4. Etapa ... Período / a partir de / após concluído ...~~

Local da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados nos endereços discriminados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência;

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24h por dia, 7 dias da semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão;

Materiais a serem disponibilizados

~~6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:~~

~~6.4.1. [.....];~~

6.4. A CONTRATADA deverá fornecer, dimensionar, disponibilizar, instalar, configurar, monitorar, operar, gerenciar e manter os equipamentos/recursos que forem necessários (roteadores, modems, estações de gerenciamento, meios de transmissão, cabeamento WAN, acessórios necessários, dentre outros) para o provimento dos serviços conforme solicitados neste Termo de Referência. Os equipamentos serão de propriedade da CONTRATADA, que deverá ser responsável pelo suporte técnico dos mesmos, cumprindo com os tempos de atendimento estabelecidos.

6.5. Todos os materiais necessários para a instalação dos equipamentos como cabos, conectores, abraçadeiras, suportes, parafusos de fixação, anilhas de identificação e equipamentos serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão utilizar materiais de boa qualidade e que melhor se adaptem às condições a que estarão sujeitos, de acordo com as práticas de engenharia e Normas Técnicas em vigor no Brasil.

6.6. Ficará a cargo da CONTRATADA a responsabilidade pela instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do circuito, incluindo eventuais execuções de obras civis necessárias (como, por exemplo, dutos para passagem de cabos entre o lado externo da área da PRF até o ponto de entrada do cabo no prédio), para que o sinal da CONTRATADA chegue até o perímetro da LAN nos sítios da CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATANTE não mais permitirá a utilização, por parte de algumas provedoras licitantes, das torres de radiocomunicação do órgão existentes em algumas localidades para a instalação de enlaces de rádio de links compartilhados. Inclusive existe uma previsão de desmobilização dessas torres em um curto/médio prazo.

Especificação da garantia do serviço

6.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

~~**OU**~~

~~6.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo _____ (____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

Formas de transferência de conhecimento

~~6.9. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:~~

~~6.9.1. [...]~~

~~**OU**~~

~~6.9. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.~~

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.10. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.10.1. A finalização do contratado contempla o encerramento do fornecimento do serviço e a retirada dos equipamentos instalados pela CONTRATADA;

~~**OU**~~

~~6.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.~~

~~**Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**~~

~~6.11. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no [Anexo].~~

~~6.11. [...]~~

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.11.1. Ordem de Serviço;

6.11.2. Ata de Reunião;

6.11.3. Ofício;

6.11.4. Sistema de abertura de chamados (via telefone, software, app de mensageria, etc.);

6.11.5. E-mails e cartas;

Formas de Pagamento

6.12. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se anexos ao processo de contratação.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

Preposto

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

~~7.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período....~~

7.6. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;

Reunião Inicial

7.7. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços;

7.8. *A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 dias úteis da assinatura do Contrato de forma presencial ou virtual, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.*

7.8.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.8.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.8.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.8.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.8.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.8.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.10.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.11. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

~~7.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~7.12.1. [...]~~

~~7.12.2. [...]~~

Gestor do Contrato

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.13 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de medição e pagamento

7.19. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme ~~previsto no Anexo XXX, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item;~~

7.20. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é um contrato ou acordo que formaliza uma relação entre um provedor de serviço e um cliente, determinando qualidade, condições e garantias sob certos termos e tem como objetivo garantir que os serviços contratados sejam prestados com um grau mínimo de qualidade;

7.21. A CONTRATADA obriga-se a atender os parâmetros mínimos aceitáveis definidos e descritos a seguir:

7.21.1 **Latência:** O tempo máximo de retardo na comunicação entre o equipamento da CONTRATADA instalado no local e domínios na internet como por exemplo: google.com e simet.nic.br deverá ser de até **100ms** para todos os circuitos;

7.21.1.1. Poderão ser realizadas até 3 (três) medições diárias de latência com duração de 5 min por medição;

7.21.2. **Perda de Pacotes:** A perda de pacotes máxima admitida será de **2%** para qualquer tipo de circuito;

7.21.2.1. Poderão ser realizadas até 3 (três) medições diárias de perda de pacotes com duração de 5 min por medição;

7.21.3. **Disponibilidade Mensal da Rede:** A disponibilidade do serviço indica o percentual de tempo, durante o período de 1 mês de operação, em que um ponto de acesso integrante do serviço permanecer em condições normais de funcionamento;

7.21.3.1 Deve ser assegurada disponibilidade operacional mensal mínima de **99%** para os circuitos de link dedicado e de **97%** para os circuitos compartilhados, sendo esta definida como a relação entre o tempo em que o sistema apresenta as características técnicas e operacionais especificadas e o tempo total considerado. No cálculo da disponibilidade serão consideradas todas as interrupções do serviço, exceto as programadas pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA;

7.21.3.2. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção registrada na gerência/supervisão da CONTRATADA e/ou CONTRATANTE até o restabelecimento do circuito às condições normais de operação;

7.21.3.3. A CONTRATADA deverá prover gerência pró-ativa a partir dos roteadores/modems instalados na CONTRATANTE para todos os tipos de circuitos, a qual consiste em monitorar a porta do roteador /modem na extremidade da CONTRATANTE, efetuando a verificação automática de disponibilidade do circuito, no máximo, a cada 5 minutos. Caso o roteador/modem da CONTRATANTE não responda após duas tentativas, a CONTRATANTE deverá ser avisada imediatamente e os devidos procedimentos de correção deverão ser iniciados em até 30 minutos. A solução de gerência de rede única deve contemplar as áreas funcionais de gerência de falhas, desempenho (monitoração de desempenho, gerência de tráfego e administração de tráfego), configuração, segurança e de nível de serviço;

7.21.3.4. A solução de gerência de rede da CONTRATADA deverá atuar de forma pró-ativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo os níveis de serviço estabelecidos, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos (trouble tickets) relacionados com indisponibilidade, operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano (24 x 7 x 365);

7.21.4. **Da garantia da velocidade instantânea:** A velocidade instantânea será medida através de um conjunto de 3 (três) medições seguidas de velocidade do link, realizadas pela CONTRATANTE por meio de quaisquer aplicativos de velocímetro disponíveis na web, como por exemplo: minhaconexao.com.br, beta.simet.nic.br, speedtest.net, etc., de modo que se obtenha uma média das velocidades;

7.21.4.1. Para os links dedicados a CONTRATADA deve garantir uma velocidade instantânea (média das 3 medições), tanto no download quanto no upload, de no mínimo **40%** da velocidade máxima contratada;

7.21.4.2. Para os links compartilhados a CONTRATADA deve garantir uma velocidade instantânea (média das 3 medições), de no mínimo 40% da velocidade máxima contratada no download e 20% no upload;

7.21.4.3. Poderão ser realizados pela CONTRATANTE até 3 (três) conjuntos de medições de velocidades instantâneas por dia;

7.22. A licitante vencedora deverá informar à CONTRATANTE um telefone 24h/7d, um endereço eletrônico, um aplicativo de mensageria ou qualquer outro meio para abertura de chamados e, ainda, a identificação de cada circuito (**designação do circuito**) no momento da implantação dos links;

7.23. A aferição das metas estipuladas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) deverá obedecer aos indicadores abaixo, sem que isso isente a CONTRATADA de cumprir todas as demais exigências deste Termo de Referência:

INDICADOR: LATÊNCIA	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir um tempo de retardo mínimo na comunicação entre os pontos da PRF e um ponto de Internet.

Meta a cumprir	Latência entre o equipamento da CONTRATADA instalado no local e domínios na internet como por exemplo: google.com e simet.nic.br deverá ser de até 100ms para todos os circuitos.
Instrumento de medição	Software de Monitoramento de Rede (ex: zabbix) ou ferramentas apropriadas da CONTRANTE
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato sempre que acharem necessária a verificação do indicador.
Periodicidade	Por medição
Mecanismo de Cálculo (métrica)	LT = média (em milissegundos) durante 5 minutos do tempo de resposta entre a comunicação.
Observações	A CONTRATADA poderá utilizar-se das ferramentas próprias de gerência de rede para aferir/confrontar os resultados das medições.
Início de Vigência	A partir da implantação dos circuitos.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	LT > 100ms: Glosa de 2% sobre o valor mensal do circuito por medição realizada. Se o percentual de glosa superar 10% por mais de 2 meses consecutivos poderá ser aplicada a rescisão contratual no interesse da Administração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

INDICADOR: PERDA DE PACOTES	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir o mínimo de perda de pacotes entre um circuito e outro
Meta a cumprir	Perda de Pacote Máxima: 2%
Instrumento de medição	Software de Monitoramento de Rede (ex: zabbix) ou ferramentas apropriadas da CONTRANTE
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato sempre que acharem necessária a verificação do indicador.
Periodicidade	Por medição
	$PPP = (NPo - NPd)/NPo$

Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>Onde,</p> <p>PPP = Percentual de Perda de Pacotes</p> <p>NPo = N° de pacotes na origem</p> <p>NPd = N° de pacotes no destino</p>
Observações	A CONTRATADA poderá utilizar-se das ferramentas próprias de gerência de rede para aferir/confrontar os resultados das medições.
Início de Vigência	A partir da implantação dos circuitos.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	PPP > 2%: Glosa de 2% sobre o valor mensal do circuito por medição realizada. Se o percentual de glosa superar 10% por mais de 2 meses consecutivos poderá ser aplicada a rescisão contratual no interesse da Administração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

INDICADOR: DISPONIBILIDADE MENSAL DA REDE	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir o pleno funcionamento de um circuito, em condições normais de operação
Meta a cumprir	<p>99% de disponibilidade mínima para links dedicados</p> <p>97% de disponibilidade mínima para links compartilhados</p>
Instrumento de medição	Software de Monitoramento de Rede (ex: zabbix) ou ferramentas apropriadas da CONTRANTE
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato ao final de cada período de fornecimento mensal
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>$PDM = [(To - Ti) / To] * 100$</p> <p>Onde: PDM = Percentual de disponibilidade mensal do circuito em %</p> <p>To = período de operação (um mês) em minutos.</p> <p>Ti = somatório dos tempos de inoperância durante o período de operação (um mês) em minutos.</p>

Observações	A CONTRATADA poderá utilizar-se das ferramentas próprias de gerência de rede para aferir/confrontar os resultados das medições.
Início de Vigência	A partir da implantação dos circuitos.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para os links dedicados:</p> <p>PDM >= 99%, sem descontos no valor mensal da fatura</p> <p>97% <= PDM < 99%, glosa de 15% do valor mensal da fatura</p> <p>95% <= PDM < 97%, glosa de 30% do valor mensal da fatura</p> <p>93% <= PDM < 95%, glosa de 45% do valor mensal da fatura</p> <p>90% <= PDM < 93%, glosa de 60% do valor mensal da fatura</p> <p>80% <= PDM < 90%, glosa de 80% do valor mensal da fatura</p> <p>PDM < 80%, glosa integral do valor mensal da fatura</p> <p>Para os links compartilhados:</p> <p>PDM >= 97%, sem descontos no valor mensal da fatura</p> <p>95% <= PDM < 97%, glosa de 15% do valor mensal da fatura</p> <p>93% <= PDM < 95%, glosa de 30% do valor mensal da fatura</p> <p>90% <= PDM < 93%, glosa de 45% do valor mensal da fatura</p> <p>85% <= PDM < 90%, glosa de 60% do valor mensal da fatura</p> <p>80% <= PDM < 85%, glosa de 80% do valor mensal da fatura</p> <p>PDM < 80%, glosa integral do valor mensal da fatura</p> <p>Se o PDM for menor do que 90% em mais de 2 meses consecutivos, para qualquer tipo de link, poderá ser aplicada a rescisão contratual no interesse da Administração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.</p>

INDICADOR: GARANTIA DE VELOCIDADE INSTANTÂNEA	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir uma velocidade instantânea mínima de conexão
Meta a cumprir	Para os links dedicados a CONTRATADA deve garantir uma velocidade instantânea (média de 3 medições seguidas), tanto no download quanto no upload, de no mínimo 40% da velocidade máxima contratada;

	Para os links compartilhados a CONTRATADA deve garantir uma velocidade instantânea (média de 3 medições seguidas), de no mínimo 40% da velocidade máxima contratada no download e 20% no upload;
Instrumento de medição	Quaisquer aplicativos de velocímetro disponíveis na web, como por exemplo: minhaconexao.com.br, beta.simet.nic.br, speedtest.net, etc., de modo que se obtenha uma média das velocidades;
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato sempre que acharem necessária a verificação do indicador.
Periodicidade	Por medição
Mecanismo de Cálculo (métrica)	V_i = A velocidade instantânea será calculada pela média de um conjunto de 3 (três) medições seguidas de velocidade do link, realizadas pela CONTRATANTE
Observações	A CONTRATADA poderá utilizar-se das ferramentas próprias de gerência de rede para aferir/confrontar os resultados das medições.
Início de Vigência	A partir da implantação dos circuitos.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Links dedicados: $V_i < 40\%$ da velocidade máxima contratada para download ou upload, glosa de 2% sobre o valor mensal do circuito por medição realizada.</p> <p>Links compartilhados: $V_i < 40\%$ da velocidade máxima contratada para download ou $V_i < 20\%$ da velocidade máxima contratada para upload, glosa de 2% sobre o valor mensal do circuito por medição realizada.</p> <p>Se o percentual de glosas superar 10% por mais de 2 meses consecutivos poderá ser aplicada a rescisão contratual no interesse da Administração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.</p>

~~7.23.1. [...]~~

~~7.23.2. [...]~~

7.24. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.24.1. não produzir os resultados acordados;

7.24.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.24.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.25. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.26. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.26.1. Ao final de cada período mensal a CONTRATANTE emitirá um Termo de Recebimento Provisório (TRP) dos serviços prestados e enviará à CONTRATADA uma planilha com as medições dos indicadores aferidos sempre que houver a incidência de glosas a serem descontadas na fatura;

7.26.2. Após o envio da planilha e ratificação das medições realizadas de comum acordo entre as partes, a CONTRATANTE emitirá um Termo de Recebimento Definitivo (TRD) e autorizará a CONTRATADA a emitir a fatura mensal ajustada, quando for o caso;

Do recebimento

7.27. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.27.1. O prazo da disposição acima será contado a partir do final do período mensal de prestação dos serviços ~~do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.~~

7.28. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.29. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.30. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.31. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.31.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.32. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.33. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.34. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.35. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.36. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.37. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.37.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.37.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 7.37.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.37.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.37.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.38. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.39. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.40. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimento de Teste de Inspeção

7.41. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

a) Quando da implantação inicial dos circuitos serão realizados teste de conectividade, de funcionalidade de diversos serviços que rodam sobre os protocolos TCP-IP, de velocidade de conexão, de latência, perda de pacotes, etc.. Todos de acordo com os indicadores relacionados no IMR e somente serão emitidos os primeiros Termos de Recebimento Provisório e Definitivo do circuito após a conformidade de todos os indicadores;

b) [...]

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.42. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	<i>Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 8 horas úteis.</i>	<i>Multa de 4 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 5 dias úteis.</i>
		<i>Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 20 % do valor total do Contrato.</i>
2	<i>Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)</i>	<i>IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</i>
		<i>IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</i>
		<i>IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da</i>

		fatura mensal.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 20 % do valor total do Contrato.

7.43. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

7.43.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.43.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Liquidação

7.44. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.45. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.46. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.44.1. o prazo de validade;

7.44.2. a data da emissão;

7.44.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.44.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.44.5. o valor a pagar; e

7.44.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.47. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.48. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.49. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.50. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.51. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.52. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.53. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.54. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.55. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária abaixo:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	-----------------	---

Forma de pagamento

7.56. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.57. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.58. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.59. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.60. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~

~~7.59. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.60. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.61. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.60.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.60.2. (...)~~

~~7.62. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.61.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.63. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.64. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.65. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~7.66. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.67. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.67.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~7.67.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~7.68. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de Crédito

7.61. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.61.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.62. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.63. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.64. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e

todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.65. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Do reajuste

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato;

8.2. Após o interregno de um ano, e mediante solicitação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). Caso o (s) índice (s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.7 O reajuste será realizado por apostilamento;

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **(menor preço/maior desconto/técnica e preço/maior retorno econômico)**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por **empreitada por preço unitário**;

9.2.1. Os valores máximos admissíveis por item serão os registrados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência;

JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO - Para adequação ao caso concreto.

Da Aplicação da Margem de Preferência

~~9.3. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:~~

ou

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~9.13. **Ato de Autorização** para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada) sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº~~

9.13. Registro da licitante junto à ANATEL ou documentação referente a concessão, permissão ou autorização expedida pela ANATEL para exploração do serviço. Poderá ser apresentada a cópia do extrato de publicação no DOU do Contrato de Concessão ou Termo de Autorização. No caso de empresa isenta de registro deverá demonstrar o atendimento dos requisitos da ANATEL.

JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO - Para adequação ao caso concreto.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[capital mínimo]* OU *[patrimônio líquido mínimo]* de 10 % do *[valor total estimado da contratação]* OU *[valor total estimado da parcela pertinente]*.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove a prestação de serviços de acesso à Internet dedicados, quando for o caso, com velocidades mínimas de 50 Mbps, e de Internet Compartilhada, quando for o caso, com velocidades mínimas de 100 Mbps;

9.34.2. É imprescindível a apresentação da Qualificação Técnica por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica que corresponda(m) a pelo menos 50% do quantitativo de circuitos adjudicados para licitante;

~~9.34.3. [...];~~

~~9.34.4. [...];~~

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~9.37. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

9.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.37.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 99.856,75

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 99.856,75 (noventa e nove mil oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 ~~OU [em anexo]~~.

OU

~~10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

OU

~~10.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação;

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/200111;

II) Fonte de Recursos: 1144;

III) Programa de Trabalho: 06181511627230001;

IV) Elemento de Despesa: 339040;

V) Plano Interno: RF99OS9DTIC;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cronograma Físico-Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Ano 1	01/05/2026 a 31/12/2026 ou (...) dias após a emissão da OS	R\$ 41.626,45
Ano 2	01/01/2027 a 31/12/2027	R\$ 58.230,00

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABRICIO SILVA DE MAGALHAES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 14:23:01.

LUCAS PEIXOTO ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 14:29:22.

CLAUDIO DA CUNHA FREIRE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 15:29:37.